

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. "A «Acrópole Sagrada da Nação»". In: *Visão História*. Lisboa: Trust in News, 2018, nr. 46, pp.90-93.

VISÃO História

O MINISTRO QUE MODERNIZOU PORTUGAL



DUARTE PACHECO

AS GRANDES OBRAS DO ESTADO NOVO

- A nova Lisboa dos anos 40 • A destruição da Alta de Coimbra
- A reconstrução dos castelos • A primeira autoestrada, o aeroporto da Portela e o Estádio Nacional • De onde veio o dinheiro



N.º 46 - ABRIL 2018
CONTINENTE - €4,90
PERIODICIDADE BIMESTRAL



MÁRIO NOVAIS/FCG-BA

A 'acrópole sagrada da nação'

«Se Martim Moniz voltasse não reconheceria o castelo onde morreu entalado.»
Esta era uma das piadas que corriam na Lisboa do anos 40, depois de o Castelo de São Jorge ter ressuscitado das cinzas «pronto para combater mouros e castelhanos»

por Joaquim Rodrigues dos Santos*

Os últimos desenvolvimentos no campo arqueológico permitem fazer remontar a pelo menos o século VI a.C. a ocupação humana no morro sobre o qual se implanta o Castelo de São Jorge, em Lisboa. Acredita-se que neste local altaneiro, dominando o estuário do Tejo, poderá ter sido erigida, ainda durante a Idade do Ferro, uma primeira estrutura fortificada, que certamente terá assistido a contactos entre as gentes locais da então chamada Alis Ubbo e outros povos, nomeadamente de civilizações mediterrânicas como a fenícia, a grega ou a cartaginesa. Por volta de 138 a.C., durante as campanhas romanas na Hispânia efetuadas sob o

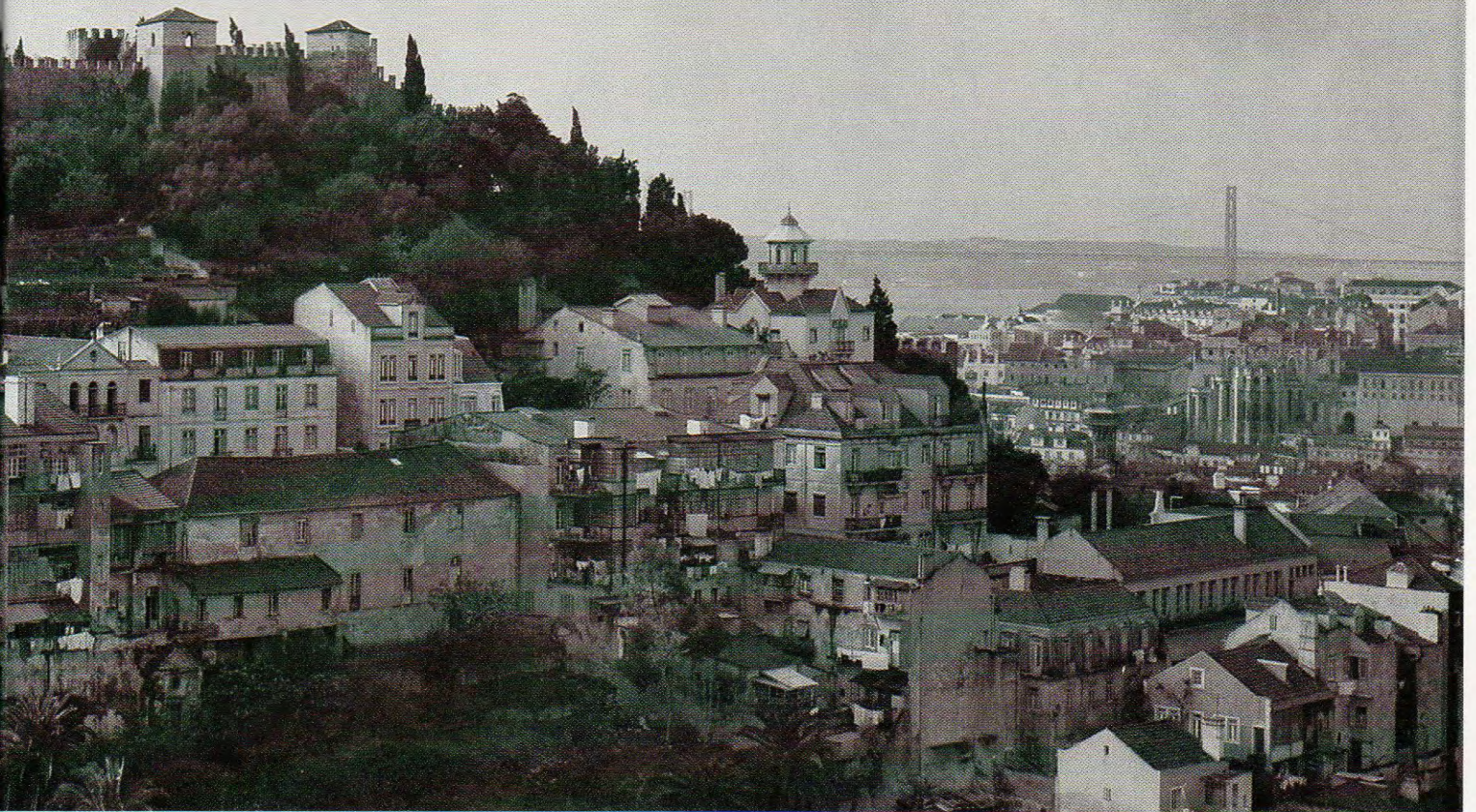
comando do cônsul Décimo Júnio Bruto Galaico, terá sido aqui erigida uma nova fortificação, um *castellum*, que terá sido depois melhorado quando a Felicitas Julia Olisipo romana foi elevada a município.

A cidade foi depois sucessivamente tomada durante as chamadas «Invasões Bárbaras», nomeadamente por suevos e visigodos, povos que terão contribuído para o melhoramento do conjunto fortificado pós-romano de Ulishbona. Até que, após a conquista da cidade em 714 pelos muçulmanos, as suas fortificações sofreram uma substancial reformulação, nomeadamente com a edificação de um *qas'r* (alcácer, palácio fortificado), que estaria rodeado pela *qas'bah* (alcáçova,

cidadela fortificada que albergava o poder administrativo, militar e religioso). Estas estruturas situar-se-iam mais ou menos nos locais onde hoje estão implantados o castelo e o Bairro do Castelo, respetivamente. Apesar de a Al-Ushbuna islâmica ter sido esporadicamente tomada, por curtos períodos de tempo, pelos reis cristãos Afonso II das Astúrias, Ordonho III de Leão e Afonso VI de Leão e Castela, acabou sempre por regressar ao domínio muçulmano, tendo as fortificações sido melhoradas por forma a obstar aos avanços decorrentes da Reconquista Cristã.

As fortes defesas islâmicas que permitiram rechaçar uma primeira tentativa de conquista feita em 1142 por D. Afonso

Castelo de São Jorge
A antiquíssima fortaleza de Lisboa devia, segundo Salazar, «dominar espiritualmente o País»



Henriques, primeiro rei português, não foram porém suficientes para impedir a tomada da cidade pelas forças cristãs em 1147, onde a tenaz persistência dos sítiantes portugueses e cruzados nórdicos e das suas máquinas de guerra permitiram finalmente ultrapassar o eficaz sistema defensivo muçulmano. As fortificações da cidade terão sofrido melhoramentos no período subsequente, nomeadamente após Lisboa se tornar a capital de Portugal em 1255, no reinado de D. Afonso III. O conjunto terá sido por essa época remodelado e ampliado, agregando o castelo medieval e o paço real (Paço da Alcáçova) que, ao longo dos tempos, continuaram a sofrer obras de reparação e melhoramento de maior ou menor envergadura, especialmente nos reinados de D. Dinis (reformas góticas de finais do século XIII e início do século XIV) e de D. Fernando (guerras com Castela da segunda metade do século XIV). Este último foi, aliás, responsável pela instalação do arquivo real numa das torres do castelo – a Torre do Tombo, antes chamada Torre do Haver, por guardar o tesouro real. Foi no

rescaldo da crise dinástica de 1383-85, de que resulta a nova dinastia iniciada por D. João I, que o castelo adquiriu o nome de São Jorge, o seu padroeiro.

Quartéis, observatório e asilo

A perda da importância estratégica do Castelo de São Jorge como elemento defensivo, conseqüente ao advento da pirobalística, associado à mudança da residência régia para o Paço da Ribeira, junto à margem do rio Tejo, em inícios do século XVI, marcaram indubitavelmente o início da decadência do conjunto fortificado lisboeta, não obstante algumas

obras de reparação feitas por D. Manuel I e, mais tarde, por D. Sebastião, já na década de 1570. O domínio espanhol da dinastia filipina, a partir de 1580, trouxe a adaptação do castelo e do antigo paço real a prisão e quartel militar; mais tarde, a restauração da independência portuguesa, em 1640, motivou algumas obras de reparação do complexo, bem como algumas outras remodelações no seio do recinto fortificado.

Enquanto os terremotos de 1290, 1344, 1356, 1531, 1551, 1597 e 1699 haviam ocasionado danos moderados no conjunto, que foram reparáveis, o grande terremoto de 1755 provocou avultados estragos no castelo, entre os quais o desmoronamento da Torre do Tombo e a ruína do antigo paço real. No local de implantação deste último foi edificado um complexo destinado a albergar uma guarnição militar e os respetivos serviços; pouco tempo depois, após a extinção da alcaidaria-mor de Lisboa em 1769, foram instaladas novas valências no antigo espaço fortificado, nomeadamente o Observatório Astronómico e Geodésico na Torre do Obser-

O grande terremoto de 1755 fez desmoronar a Torre do Tombo e reduziu a ruínas o antigo Paço Real da Alcáçova

vatório (antiga Torre de Menagem) em 1769, e a Casa Pia de Correção da Corte entre 1780 e 1807. Durante a ocupação de Lisboa pelas tropas francesas de Junot, o comando militar invasor foi instalado no antigo recinto fortificado. O conjunto fortificado foi finalmente desclassificado como praça de guerra somente em 1897, tendo sido, por sua vez, classificado como Monumento Nacional em 1910.

Em 1906, 1908 e 1922 foram apresentadas várias propostas para a reabilitação do conjunto fortificado. Previa-se, entre outras coisas, a desobstrução do castelo e da sua esplanada mediante a demolição de estruturas adicionadas ao longo dos tempos, reconstituindo-se depois o perfil das estruturas fortificadas (muralhas e torres com as suas ameias) e facultando o acesso dos visitantes ao monumento. Como complemento, haveria uma operação de reabilitação com características higienistas para o espaço urbano intramuros, nomeadamente a introdução de zonas ajardinadas para atividades lúdicas. Era considerada a construção de um conjunto de novos edifícios e espaços revivalistas acastelados na esplanada do castelo, onde se incluiria um *palace-hotel* monumental, um casino com teatro, galerias para exposições e salões para conferências e concertos musicais, e ainda um conjunto de ascensores a partir de vários pontos baixos da cidade, para um melhor acesso ao complexo fortificado.

A intervenção do Estado Novo

Mas foi somente a partir de 1938, e sob os auspícios do regime ditatorial do Estado Novo, que a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) executou um ambicioso plano de reintegração do Castelo de São Jorge.

De facto, desde o século XIX que os castelos medievais haviam começado a constituir-se como elementos fundamentais para a construção da identidade nacional portuguesa, convertendo-se gradualmente num venerado símbolo nacional, ao terem assumido um papel

AML/JOSÉ ARTUR LEITÃO BÁRCIA

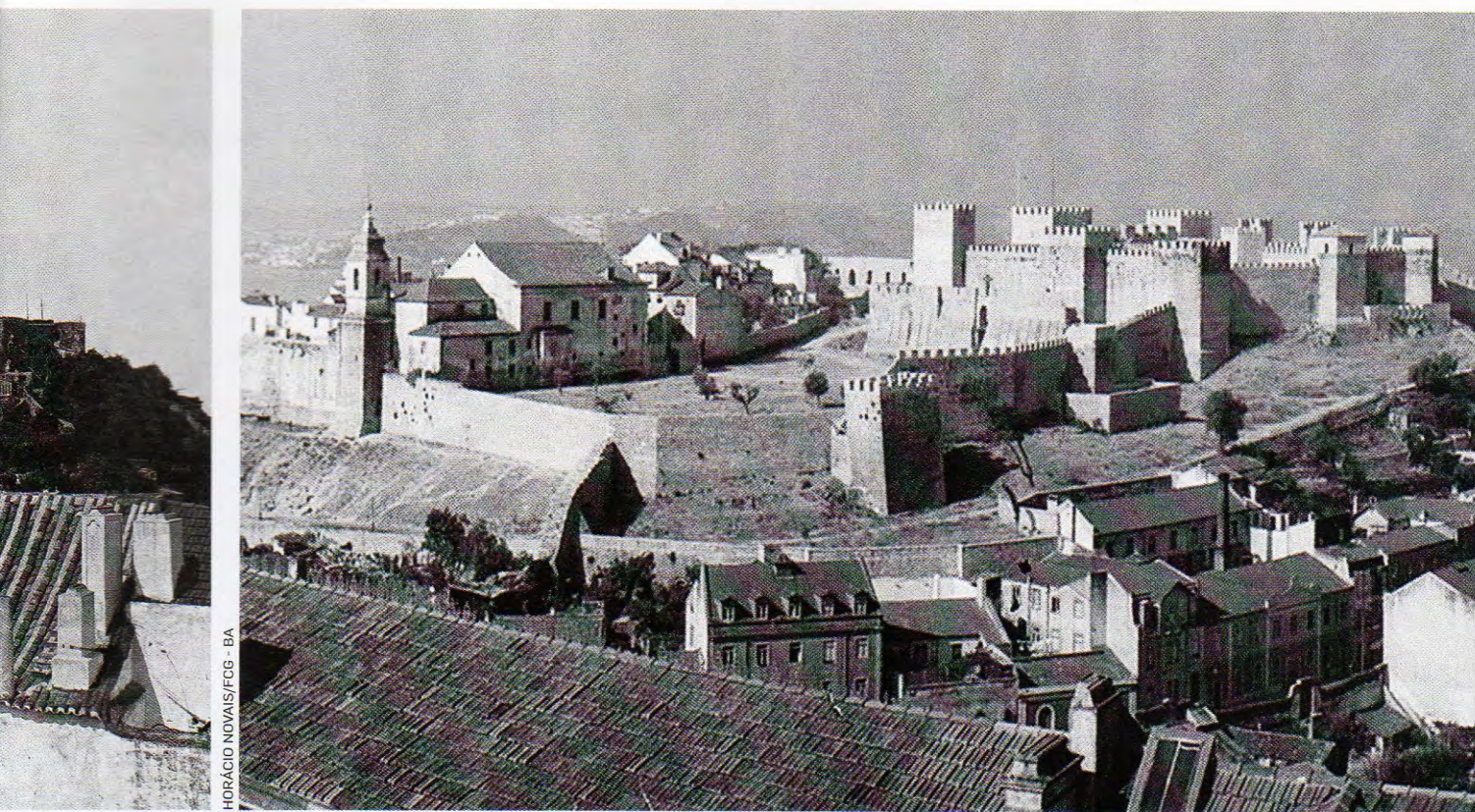


de testemunhas privilegiadas do nascimento e formação da pátria. Pouco a pouco, a imagem ideológica do primeiro rei português erguendo a sua espada, com o Castelo de São Mamede em Guimarães como fundo, começou a enraizar-se profundamente na memória do povo português, associando o castelo aos grandes símbolos da identidade nacional. Estes foram assim personificados ideologicamente pelo Estado Novo como testemunhas sublimes e plenas de memórias que recordavam eventos históricos gloriosos e manifestações de heroísmo patriótico dos antepassados. A apropriação dos castelos medievais como símbolos nacionais quase divinizados alcançou o culminar durante o regime ditatorial, o qual promoveu um conjunto de intervenções com intuito de fortalecer ideologicamente a sua posição.

O êxtase ideológico do Estado Novo foram as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, promovidas pelo regime em 1940 e que o pretendiam mitificar, associando-o a esses gloriosos acontecimentos da História portuguesa, com altíssima carga simbólica na memória popular nacional: «o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento». Como parte fundamental das festividades, determinou-se a reintegração do Castelo de São Jorge que, para Salazar, «deve dominar espiritualmente o País, deve

ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas». A comissão formada no âmbito do programa de intervenção era presidida pelo engenheiro Henrique Gomes da Silva, diretor-geral da DGEMN, figurando também o arquiteto Baltazar da Silva Castro, o olisipógrafo António Vieira da Silva e o arqueólogo Gustavo de Matos Sequeira.

Previamente à reintegração, dificilmente o Castelo de São Jorge seria visível, por se encontrar oculto por edifícios «parasitários» (quartel, observatório, prédios, armazéns, etc.) que se haviam anexado ao longo dos tempos. A intervenção da DGEMN pretendeu assim resgatar a imagem medieval do castelo, concedendo-lhe um perfil fortificado dominando visualmente a cidade de Lisboa. Nesse sentido, efetuaram-se diversas operações: amplas demolições de edifícios considerados excrescências, possibilitando a desobstrução visual do castelo; remoção de entulhos para rebaixar o nível do solo e desobstruir o fosso e as cisternas; consolidação estrutural, recorrendo também ao apeio e reconstrução de muralhas e torres; reconstituição dos adarves e coroaamento de ameias; reconstrução parcial de algumas torres e muralhas; e construção do telhado de uma das torres e de escadas de acesso aos adarves, entre outras ações. Para permitir a perceção do castelo desde a cidade, procedeu-se depois à recomposição da envolvente, estruturando um



espaço verde que permitia exibir a fortificação isolada e dominante visualmente. Apesar de em 1944 se terem realizado operações de ajardinamento, devido à proximidade das celebrações do Oitavo Centenário da Tomada de Lisboa (em 1947), só em 1959 foi elaborado com maior consistência o projeto paisagístico, por Gonçalo Ribeiro Telles e Pulido Garcia.

Críticas às obras

As opções tomadas pela DGEMN foram condicionadas pela existência de uma imagética cultural que estabeleceu os enquadramentos formais e visuais da intervenção: mais do que resgatar a forma pristina da fortificação, o objetivo foi reconstituir um perfil imagético congruente com a imagem cultural do «castelo medieval português», que se consideraria o mais adequado para a «acrópole da nação». O Castelo de São Jorge converteu-se assim num «avatar» do Castelo de São Mamede em Guimarães, símbolo nacional que encarnava o perfil idealizado do «castelo português». Nesse sentido, o castelo lisboeta adquiriu uma imagem intemporal que poderá nunca ter existido.

Não é por isso surpreendente que a polémica reintegração do Castelo de São Jorge tenha começado a ser criticada dentro dos meios patrimoniais portugueses. Às críticas feitas em 1949 pelo deputado Manuel Mendes, que ironicamente referia as práticas da DGEMN nos castelos

como «compor ameias em castelos como dentes em dentaduras» – e a sarcasmos, como o de que o castelo lisboeta «ressuscitou das cinzas como uma Fénix, pronto a combater mouros e castelhanos» ou «se Martim Moniz regressasse à vida, não reconheceria o castelo onde morreu entalado» –, respondeu o diretor-geral Gomes da Silva mencionando que mais do que «um brinquedo construtivo ou um edifício novo», o Castelo de São Jorge sempre ali estivera, obstruído por «excrescências parasitárias» sem valor que a DGEMN se limitara a demolir, reparando o monumento das mutilações sofridas e reintegrando a sua beleza primitiva sem nada acrescentar de novo. E, assim, o Castelo adquiriu a sua atual imagem geral, coroando uma das colinas de Lisboa.

Já no nosso século, foi implementado um programa de valorização e revitaliza-

Apesar de em 1944 se terem realizado operações de ajardinamento, só em 1959 foi elaborado com maior consistência o projeto paisagístico

Veja as diferenças O castelo antes das obras, sem ameias (à esquerda) e numa foto após a intervenção (em cima)

ção no conjunto formado pelo castelo e pelas remanescências do paço real, tendo sido introduzidas novas atividades de índole cultural. Na Torre de Ulisses foi instalada uma câmara escura que, mediante um periscópio, permite ter uma visão panorâmica sobre Lisboa, recuperando um pouco do espírito medieval da torre como ponto privilegiado de observação. No complexo remanescente do Paço da Alcáçova instalou-se o Olisipónia – Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa que, através de meios audiovisuais e outras tecnologias multimédia, transmite aos visitantes informações sobre a História de Lisboa. Concebeu-se ainda o Núcleo Arqueológico de São Jorge, que permitiu musealizar um conjunto de vestígios que englobavam um amplo período temporal, nomeadamente reconstituir de maneira abstrata a volumetria de duas casas islâmicas sem contudo as mimetizar, interpretando a espacialidade interna e a volumetria externa dos primitivos edifícios construídos em torno de pátios. ■

* Joaquim Rodrigues dos Santos é investigador do ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa